



Negociações continuam

Após a greve, continua a luta dos servidores pelas pautas pendentes, em nível local e nacional. Saiba mais sobre as reivindicações ainda em negociação

Pág. 4 e 5



Mudança no estatuto traz novos trabalhadores para a base do SINT-IFESgo

Pág. 3

Festa do Servidor lança Coleção Companheiros em parceria com o Cegraf

Pág. 7



**Luta aguerrida requer persistência.
Força se faz na unidade. A vitória também está nas pequenas conquistas.
Os TAEs sabem onde querem chegar!**



Feliz Natal!
Próspero Ano Novo!

EDITORIAL

Porque é de luta que se fazem as conquistas!

Após a greve 2015, continuam as negociações com o Governo pelas pautas pendentes. Reuniões realizadas em novembro sinalizam avanços na carreira, como pode ser conferido na página 4. Os resultados, ainda que não no ritmo desejado, são fruto da organização e poder de negociação da categoria. A perenidade do movimento é outro ponto interessante. Ao analisarmos a luta dos trabalhadores em educação enquanto um processo, que de fato é, poderemos entender que greve é conjuntura, é exercício democrático, é instrumento radical de luta, é demonstração de unidade e força da categoria. Greve passa, o movimento continua.

Muito além da pauta financeira de proteção aos salários, um direito do trabalhador, a greve é um momento rico de envolvimento e participação em torno das questões pertinentes à categoria, às IFEs e à educação brasileira, engrossando as fileiras daqueles que lutam por um país melhor e mais justo. Sobretudo, em defesa dessas instituições e do ensino público e gratuito. Sabedores que a qualidade na educação passa pela valorização daqueles que a constroem todos os dias, a luta dos TAEs também é a luta da sociedade.

Em Goiás, alguns aspectos da greve 2015 merecem destaque, como a adesão dos Institutos Federais do

estado (IFG e IF Goiano) – dois dos sete integrantes da base da FASUBRA paralisados em todo o país eram de Goiás – e da UFG; a definição das pautas internas; a manutenção do HC em estado de greve sem prejuízo dos serviços à comunidade; a parceria com diversas entidades de trabalhadores; a visibilidade proporcionada pela mídia e o nível de organização do movimento pelo Comando Local de Greve e o SINT-IFESgo.

A opção por um acordo com o governo, ainda que rebaixado e parcelado, reflete a compreensão nacional da categoria sobre o quadro político vivido. Em sua intransigência, o governo nos dava duas opções: pegar ou largar.

Insensível aos prejuízos ocasionados por uma greve longa, o governo ainda não sinalizou a regulamentação do direito à negociação coletiva e data base. Por isso a greve continua sendo nosso principal instrumento de luta! E em nível nacional, a categoria permanece atenta, firme e ativa, com ações pontuais pela pauta específica da Fasubra.

Veja nesta edição as reivindicações e negociações ainda em curso com o governo, o andamento das pautas internas, a mudança estatutária que amplia a base sindical do SINT-IFESgo e o lançamento do segundo edital da Coleção Companheiros na comemoração do Dia do Servidor Público, realizada na sede social do sindicato.

Escolheram o serviço público e o servidor como alvos do ajuste

*Antônio Augusto de Queiroz

No cardápio de soluções para a crise, encontrei três fontes coincidentes no sentido de eleger o serviço público e o servidor como alvos do ajuste: a Agenda Brasil, um artigo de Armínio Fraga com proposta para superar a crise e as medidas anunciadas pelos ministros Nelson Barbosa e Joaquim Levy. Citei apenas três exemplos de cada fonte.

Na Agenda Brasil, da lavra do senador Renan Calheiros, propõe-se o retorno do modelo de administração pública gerencial, da era FHC; a reforma da previdência, com ampliação da idade mínima; e o reajuste planejado dos servidores públicos, leia-se congelamento da despesa com pessoal.

No artigo do ex-presidente do BC na gestão FHC, o economista Armínio Fraga, publicado em O Globo, de 13/09/2015, propõe-se a discussão sobre o tamanho e as prioridades do Estado; o fim da estabilidade do servidor; e a adoção da idade mínima de 65 anos, para homens e mulheres, para efeito de aposentadoria.

No anúncio do pacto dos minis-

tros Levy e Barbosa, propõe-se adiar o reajuste dos servidores, passando de janeiro, como previsto no orçamento para 2016, para agosto; o fim do abono de permanência devido ao servidor com tempo para requerer aposentadoria, a suspensão de concursos públicos, e uma reforma da previdência, em elaboração em comissão interna do governo, que proporá também a ampliação da idade mínima, possivelmente nos mesmos moldes propostos por Armínio Fraga.

Os três pontos em comum: reduzir o tamanho e o papel do Estado; limitar ou reduzir despesa com pessoal e promover nova reforma da previdência, tanto do regime próprio quanto do regime geral são um péssimo sinal do que poderá vir em termos de qualidade de serviços públicos e precarização de relações de trabalho no serviço público.

A suspensão dos concursos públicos e o anúncio do fim do abono significam um mau presságio em relação à paridade. Isso significa que para manter pessoas em condições de requerer aposentadoria em atividade vão criar bônus, indenizações e outras formas

de burla à paridade, arrojando ainda mais os aposentados, que já pagam contribuição de forma indevida.

As propostas, como se vê, atingem o serviço e o servidor público e, em quase todas as hipóteses, diretamente. É sempre assim, para honrar compromisso com os rentistas, desmontam o Estado e cortam direitos dos servidores públicos. Foi assim com Collor. Foi assim com FHC e está sendo assim com Dilma. E até mesmo Lula, com a sua reforma da previdência, foi por esse caminho.

Entretanto, como a implementação de todas as propostas demanda mudança legal - seja no nível de lei ordinária, seja em nível constitucional - resta aos servidores e suas entidades resistirem, protestando junto ao governo e pressionando o Congresso por sua rejeição.

Muitas entidades já fazem o trabalho parlamentar, mas agora há uma mudança substantiva na relação com o Congresso. Se na última década a briga era por mais e melhores direitos, agora a batalha é para evitar retrocessos, como aconteceu na penúltima década no Brasil.

Se não houver resistência – e significativa – perante o governo nem forte pressão sobre o Congresso, novas medidas serão anunciadas, considerando que os custos são baixos ou difusos. Os governos, de um modo geral, trabalham com a régua do custo-benefício. Se uma medida tiver alto benefício e baixo custo, será priorizada frente a outra com alto custo e baixo benefício.

Por isso, os servidores e suas entidades devem combinar a pressão de rua, como greves e manifestações, com o trabalho institucional, de pressão sobre os poderes, para evitar retrocesso em suas conquistas sociais. A luta pela regulamentação da Convenção 151 da OIT, por exemplo, assim como a liberação com ônus de dirigentes sindicais, ganham importância neste cenário. No primeiro caso porque obriga o governo a sentar e negociar. No segundo, porque as entidades poderiam contar com líderes sindicais imunes às pressões das chefias com dedicação exclusiva à defesa de sua base.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap

EXPEDIENTE

Coordenação Geral: Fátima dos Reis

Edição: Artur Dias e Silvana Lima

Texto: Artur Dias, Fátima dos Reis, João Pires Júnior, Luiz da Luz e Silvana Lima

Editoração: Artur Dias

Impressão: Gráfica Vereda

Fotografia: Artur Dias e Luiz da Luz

Endereço das sedes do SINT-IFESgo:

Administrativa - 5ª Avenida, nº 1213 Setor Leste Universitário
Fone: (62) 3261-4465

Social - Rua 01, Qd. Área, Lt. 24, Chácara Califórnia
Goiânia - GO (saída para a Cidade Nova Veneza)
Fone: (62) 3205.16.63

Redes Sociais: Twitter - @SINTIFESgo / Facebook - www.facebook.com/SINT-IFESgo
Sites: www.sint-ifesgo.org.br / www.comandodegreve.com.br

Sindicato amplia representação sindical

Ato deliberado durante a greve permite que trabalhadores de empresas públicas contratadas ou conveniadas que atuam nas Instituições Federais de Ensino no estado de Goiás, possam ser representados pelo SINT-IFESgo

Preocupado em garantir isonomia de tratamento entre os trabalhadores da UFG e da Ebserh, a categoria, acatando orientação da Fasubra, ampliou a base de representação do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior de Goiás (SINT-IFESgo), para representar também os interesses dos trabalhadores de empresas públicas contratadas ou conveniadas que atuam nas Instituições Federais de Ensino. Tal deliberação se deu em assembleia geral no dia 10 de setembro, no Hospital das Clínicas (HC) da UFG, quando os servidores técnico-administrativos em educação, filiados ao SINT-IFESgo, aprovaram a mudança do estatuto que garante a efetivação dessa representação legal. Esta deliberação permite os trabalhadores da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), se filiem ao SINT-IFESgo.

Compareceram à Assembleia Geral de Alteração Estatutária (conforme Artigos 21 e 25 do Estatuto Social e Portaria nº 326/ MTE, 1/3/2013) — convocação publicada em 13/8/2015, no Diário Oficial da União (DOU) e em jornal de grande circulação —, 203



Trabalhadores técnico-administrativos aprovam mudança estatutária em assembleia realizada no Hospital das Clínicas

servidores, ultrapassando o limite previsto no estatuto de presença mínima de 4% de filiados, para essa finalidade. Atualmente o SINT-IFESgo conta com 3.410 filiados.

A inclusão na base sindical dos trabalhadores em empresas públicas contratadas ou conveniadas da Administração Pública que desenvolvam atividades dentro das Instituições Fe-

derais de Ensino, como é o caso da Ebserh, é orientação da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituição de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), em nível nacional, para os sindicatos ligados às IFEs que tenham hospitais universitários.

A representatividade dos empregados da Ebserh pela base sindical

da Fasubra foi um dos itens da pauta específica da greve encaminhada ao governo. A Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego já foi comunicada sobre a nova abrangência de atuação da Fasubra. A medida é considerada um avanço para a categoria que terá melhores condições de representação junto às instâncias patronais.

UFG promove audiências públicas sobre segurança

Pesquisa mostra que ocorrências de violência tem aumentado e que trabalhadores sentem-se inseguros

FOTO: UFG



Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI) apresenta relatório sobre violência na UFG para o Reitor

A Universidade Federal de Goiás promoveu, nos meses de outubro e novembro, uma série de audiências públicas para discutir a segurança em suas Regionais. As discussões são norteadas com base nos resultados da pesquisa feita pelo Nú-

cleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI).

O relatório mostra que os casos de violência tem aumentado nos últimos anos, mais na Regional Goiânia e alguns registros nas Regionais do interior. Na capital, o número de

ocorrências foi de 128 (em 2005) para 273 (em 2013), o que representa um aumento de 53,11%. No interior não houve nenhuma ocorrência em 2005 e sete em 2013. Porém, foram identificadas falhas nos registros de ocorrências nessas localidades.

A pesquisa aponta que 38,5% dos trabalhadores técnico-administrativos consideram a UFG um local seguro. Além disso, 53,8% da categoria considera que a violência aumentou nos últimos anos (confira o relatório sintético da pesquisa no link do box). O produto destas audiências públicas subsidiará a políticas que a Instituição adotará.

Pauta recorrente

A segurança na UFG é uma reivindicação antiga do SINT-IFESgo. Ao longo dos anos o sindicato tem alertado toda a comunidade universitária, promovendo uma série de seminários para discutir a questão.

O tema é também um item da pauta interna, exaustivamente debatido com a Reitoria.

Categoria deve discutir o aprimoramento da Carreira

Reuniões com o governo impulsionaram pauta dos trabalhadores em educação. Regulamentação da data base e dos processos de negociação permanece sem definição

Últimas reuniões realizadas com o governo

No termo de acordo entre o Governo e a Fasubra consta que o processo de aprimoramento da carreira terá sua conclusão até maio de 2016. Em reunião recente, ficou acertado que a Fasubra enviará ao governo os temas já acordados na categoria, até o dia 18 de dezembro. Em Goiás, o assunto será discutido na assembleia geral no dia 8.

Para facilitar o debate sobre os elementos da carreira a serem aprimorados, atendendo as necessidades dos trabalhadores e das instituições, estão sendo levantados temas que surgiram ao longo dos últimos dez anos para que as Entidades de Base e as Comissões Internas de Supervisão da Carreira (CIS), de modo articulado, debatam e encaminhem à Fasubra suas propostas. O produto deste debate em cada base será compilado e debatido em encontro nacional a se realizar em janeiro de 2016.

As negociações sobre a carreira se dão por meio da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC) e do Grupo de Negociação do Aprimoramento, ambas as instâncias formadas por diversas entidades. Em novembro houve uma reunião com cada. Abaixo a súmula das decisões e encaminhamentos. Um ponto de destaque é a Proposta de Alteração da Lei 11.091/2005, apresentada ao Governo por ocasião da greve (veja anexo). A próxima reunião com o governo está marcada para os dias 27 e 28 de janeiro de 2016.

Decreto 5824/2006 - CNSC

Em 25 de novembro, houve reunião entre o governo e a CNSC, para apreciação das propostas de atualização do Decreto 5824/2006, que trata

da carreira do servidor. Das entidades presentes, apenas Fasubra e Sinasefe apresentaram propostas. Das muitas alterações encaminhadas pela Fasubra referentes ao anexo II, poucas não foram aceitas, "o que não acarretou nenhuma perda para a categoria", de acordo com relatório da entidade. A entidade se comprometeu, ainda, a aprofundar o estudo sobre os ambientes organizacionais Arte, Comunicação e Difusão e Marketing, Fluvial e Lacustre, a fim de garantir a atualização das mesmas.

Em relação ao anexo III (áreas de conhecimento relativas à educação formal, com relação direta aos ambientes organizacionais), o MEC fez a seguinte proposta: "ao invés de replicar as áreas de conhecimento no decreto, vincular a relação direta ao estabelecido na tabela da capes e dos catálogos CNCT e de cursos superiores de tecnologia." A proposta foi aceita pela Fasubra e as demais entidades presentes à reunião, pois houve o entendimento de que ela é melhor para a categoria porque estende vastamente o número de cursos com relação direta aos ambientes organizacionais.

Como o MEC não fez o estudo

de correção das grandes áreas das tabelas com os ambientes organizacionais das universidades, encaminhou essa tarefa para as entidades que compõem a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC), com data limite para retorno em 20 de janeiro de 2016.

Decreto 5825/2006

Grupo do Aprimoramento

Em reunião realizada no dia 26 de novembro, entre o governo e o Grupo de Negociação do Aprimoramento, para dar continuidade às negociações sobre aprimoramento da carreira, estiveram presentes: Fasubra, Sinasefe, MEC, MPOG, Fórum de Pró-reitores de Pessoal da Andifes, Fórum de Pessoal do Conif. O objetivo dessa reunião foi discutir a metodologia e estabelecimento de agenda para de discussão da cláusula sétima do acordo firmado no dia 06/10 entre a Fasubra e o Governo.

A Fasubra partirá da proposta de alteração da Lei 11.091/2005, apresentada ao governo por ocasião da greve. Até o dia 18 deste mês, a entidade deverá encaminhar ao MEC os temas e as propostas de alteração definidas pela base para o aprimoramento da carreira.

Quando ao processo de racionalização, o MEC informa que já encaminhou sua proposta de atualização das exigências de ingresso, bem como a atualização das atribuições dos cargos, mas que está aberto ao debate. Assim, a respeito do Decreto 5825/2006, devem ser enviadas contribuições até o dia primeiro de março, sendo que o MEC se comprometeu a dar retorno no mesmo mês.

A Fasubra reafirma sua posição de alteração do Artigo 18 da Lei de modo a destravar e ampliar as possibilidades de racionalização para atender as atuais necessidades da instituição e do mundo do trabalho. O MEC, por sua vez, reconhece que as atribuições que estão valendo hoje, são aquelas do PUCRCE, ultrapassadas já há 18 anos.

Temas mais recorrentes a serem priorizados no debate da base:

- Concepção de Carreira (princípios e objetivos);
- Estrutura da carreira (níveis de classificação, de capacitação e padrões de vencimentos);
- Estrutura da matriz salarial (piso/step/o menor e o maior salário);
- Mobilidade, desenvolvimento e incentivos (mudança do fazer, titulação, qualificação e capacitação);
- Racionalização (aglutinação, criação e extinção de cargos, atribuições, exigência de ingressos e hierarquização);
- Cargos de direção (CD), funções gratificadas (FG), chefias e assessoramentos (critérios de ocupação);
- Reconhecimento de saberes e competências (RSC);
- Técnico substituto.



Estudos e mesas de negociações fluem entre governo e as lideranças da categoria.

Sindicato negocia pauta interna com reitorias

Segurança no trabalho, assédio moral e qualificação estão entre as principais reivindicações dos trabalhadores

As pautas internas das Instituições Federais de Ensino fizeram parte das mobilizações e elaborações da categoria durante os 132 dias de greve. Os trabalhadores realizaram uma série de reuniões na UFG, no IFG e no IF Goiano com o objetivo de amadurecer, em cada Instituição, reivindicações que refletissem as dificuldades enfrentadas.

O resultado desses debates, na UFG e IFG, foi apresentado e discutido com as administrações das IFES. No IF Goiano, o processo de construção da pauta interna foi mais longo e as negociações ainda estão no início.

Na Universidade Federal de Goiás a pauta interna aborda questões como a implantação dos turnos contínuos, saúde do trabalhador, ações para extinguir o assédio moral aos trabalhadores, isonomia no tratamento entre técnico-administrativos e docentes, entre outras.

Todas as reivindicações internas foram entregues no início da greve ao Reitor da UFG, Prof. Orlando do Vale Amaral, que encaminhou uma resposta à categoria em agosto (publicada no Boletim Informativo nº 10, disponível no site do sindicato). O documento, considerado insuficiente em diversos itens, apontou para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), contratação de uma empresa para análise de riscos no ambiente de trabalho e a concretização do Programa Permanente de Preparação para Aposentadoria. Mesmo após o fim da greve, o SINT-IFESgo mantém o diálogo e as negociações com a Reitoria, a fim de atender as demandas dos trabalhadores.

Os trabalhadores do IFG elabora-

ram uma pauta dividida em quatro eixos norteadores, relacionados à política de gestão de pessoas do IFG. São eles: Dimensionamento de Pessoal e Institucional - um instrumento de gestão, Capacitação e Qualificação dos Servidores, Avaliação de Desempenho e Saúde e segurança dos servidores.

Além disso, foram levantadas questões como a política de promoção à saúde do trabalhador que garanta assistência à saúde, perícia oficial e promoção, prevenção e acompanhamento da saúde; transparência aos assuntos discutidos no Colégio de Dirigentes, Conselho Superior (Consup) e demais instâncias consultivas e deliberativas instituídas no IFG e política de combate à prática de assédio moral na Instituição.

Após a elaboração e apresentação da pauta, o SINT-IFESgo e o Comando Local de Greve realizaram uma reunião com o reitor do IFG, Prof. Jerônimo Rodrigues da Silva, que se comprometeu a responder os itens. Entretanto, ainda não houve retorno.

Já os trabalhadores do IF Goiano elaboraram uma pauta interna com 35 itens. O documento foi finalizado após o término da greve e contém reivindicações relacionadas às condições de trabalho, capacitação e seguridade, diretriz e desenvolvimento institucional, bem como a relação entre o IF Goiano e o movimento sindical. Entre os itens, destacam-se a luta para garantir a ocupação de cargos de pró-reitor, chefia e direção em todas as instâncias, a implantação da gestão por competências, a regulamentação da Ouvidoria, bem como a garantia de investimentos permanentes para a formação dos trabalhadores técnico-administrativos.



Comando Local de Greve entrega pauta interna da UFG para o reitor Orlando Amaral

Aprovada pauta de negociação com a EBSERH

A FASUBRA Sindical orientou a todas as entidades sindicais a ela filiada, e que tenham em suas bases Hospitais Universitários (HUs) geridos pela EBSERH, que realizassem assembleias específicas para construir a pauta dos trabalhadores dos HUs, cedidos (RJU) e celetistas (CLT), para fins de protocolo junto a EBSERH.

Em cumprimento a esta orientação, o SINT-IFESgo realizou a Assembleia Geral dos Trabalhadores do hospital, quando foram aprovadas as seguintes reivindicações: 1- Criação de instrumentos que supere as dificuldades que as Gestões vêm enfrentando pela falta de domínio das duas legislações, CLT e RJU; 2- Jornada semanal de 30 horas para todos os trabalhadores; 3- Critérios unificados entre trabalhadores cedidos e celetistas, para escala de plantões nos finais de semana, sobreaviso e escala de férias; 4- Pagamento de horas extras, adicional noturno e estabelecimento de banco de horas ou folgas para os trabalhadores cedidos, a exemplo do que ocorre com os trabalhadores celetistas; 5- Fornecimento de alimentação para trabalhadores cedidos e celetistas, submetidos à jornada de trabalho igual ou superior a doze horas; 6- Estabelecimento de normas que inibam o assédio moral e qualquer tipo de discriminação; 7- Elaboração dos mapas de risco físicos e/ou biológicos, com uso de equipamentos efetivos para medição e registro do grau de risco submetidos aos trabalhadores da empresa, cedidos e celetistas; 8 - Garantia de fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletiva para todos os trabalhadores cedidos e celetistas; 9- Instalações de comissões de proteção ao trabalhador (CIPAS) e serviços de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH); 10- Implementação de ações necessárias à prevenção das ocorrências de lesões por esforços repetitivos e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT); 11- Normas de proteção para as trabalhadoras gestantes; 12- Fim do remanejamento dos trabalhadores, entre setores, sem justificativas.

Estas reivindicações se juntaram a outras oriundas de outros HUs e já foram encaminhadas à EBSERH para negociação com a Fasubra.



Reunidos em assembleia, TAES do HC aprovam pauta específica de reivindicações



TAES realizaram reuniões em busca de soluções para as questões de cada instituição

CURTAS

De acordo com informações do Departamento de Pessoal da Universidade Federal de Goiás, todos os processos de contagem de tempo de serviço insalubre dos trabalhadores técnico-administrativos serão despachados ainda em 2015..

O **SINT-IFESgo** estará presente na Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, a ser realizada de 11 a 13 de dezembro, em Goiânia. Michely Coutinho, coordenadora de Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade, foi eleita delegada para o evento na última Conferência Municipal, realizada em maio.

O tema **Assédio e todas as formas de discriminação** é ponto de pauta da FASUBRA e está em negociação com o governo federal. Em breve, serão realizados seminários locais nas Ifes, com o objetivo de abordar temas recorrentes nas relações de trabalho, que silenciam vítimas, como o machismo, o racismo, a homofobia e o assédio moral.

A **Comissão de Finanças** do Comando Local de Greve finalizou o relatório sintético das despesas da greve (veja anexo). O documento ainda será apresentado para aprovação em assembleia geral da categoria. De acordo com dados do relatório, o saldo inicial de R\$81.600,00, correspondente ao fundo de greve em poupança, somado às arrecadações dos quatro meses da paralisação e mais a receita da poupança nesse período, constituíram uma receita de R\$528 mil, dos quais R\$313 mil foram gastos nas atividades da greve 2015.

Fim da PEC da Bengala?

A presidenta Dilma Rousseff vetou integralmente a lei complementar, aprovada no Senado, que estendia a todos os servidores públicos a aposentadoria compulsória aos 75 anos. A PEC 88/2015 aumenta em cinco anos a aposentadoria compulsória dos ministros do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal Federal.

Direitos previdenciários

No dia 12 de novembro, oito trabalhadores técnico-administrativos do IF Goiano receberam uma notificação da administração do instituto informando que eles seriam enquadrados no regime de previdência complementar.

Essa alteração gera um grande prejuízo para os trabalhadores pois, ao serem transferidos, eles perdem o direito aos benefícios do regime próprio de previdência ao qual estavam vinculados e passariam a aposentar com o teto do INSS.

O SINT-IFESgo já se organizou para recorrer judicialmente dessa decisão e orienta a todos(as) aqueles que vieram de outros regimes de previdência pública e que ingressaram nas Instituições Federais de Ensino Superior após o dia 4 de fevereiro de 2013 a procurem a assessoria jurídica do sindicato para que as providências jurídicas sejam tomadas.

Turnos contínuos na UFG, a luta continua!

A luta pela implantação dos turnos contínuos em Goiás vem de longa data. Em 2005, ainda no reitorado da Profª Milca, conseguimos a sua implantação no HC. Em 2006, já com o Prof. Edeward, foi estendida para a biblioteca, Hospital Veterinário e Setor de Vigilância. De lá pra cá, infelizmente, tanto o Prof. Edward, quanto o Prof. Orlando se declararam contra a extensão dos turnos contínuos para outros setores da UFG. Inicialmente os argumentos para tal negativa era a contradição em solicitar o aumento do quadro de pessoal para a Instituição e ao mesmo tempo implantar os turnos contínuos, sendo, portanto, questionado pelo MEC. Este argumento caiu por terra quando, em negociação com a Fasubra, o próprio MEC afirma no Ofício Circular nº 18/2015 – GAB/SESu/MEC, datado de 29 de julho de 2015 enviado às IFES afirma que: “lembramos ainda que a jornada dos servidores Técnico-administrativos não influencia na matriz de dimensionamento de pessoal das Universidades Federais.”

Desta forma, fica evidente que a não implantação dos turnos contínuos em outros setores da UFG que atendam as exigências dos Decretos 1.590/1995 e 4.836/2003 trata-se, exclusivamente de falta de vontade política dos gestores, e não de inviabilidade legal.

Durante a greve 2015 duas ações, com participação expressiva da categoria na UFG foram realizadas pelo SINT-IFESgo. A primeira foi a realização de assembleia específica sobre o tema. A segunda foi uma reunião

com o Reitor para tratar do assunto. Durante esta reunião, após exaurida a discussão e seguindo orientação da assembleia, por não ter avançado em nada nesse período, os TAEs propuseram e foi acatada pelo reitor a extinção da comissão nomeada por ele, em 2012, para realizar um levantamento da viabilidade de implantação dos turnos contínuos. Representantes da categoria informaram ao reitor que essa luta continua e que será criada uma comissão independente para realização do referido levantamento.

Em todo o mundo, a luta geral dos trabalhadores passa pela redução das jornadas de trabalho. Mas, essa questão elucida outro aspecto da importância da luta da categoria para a sociedade. Os técnico-administrativos em educação de todo o país não lutam somente pela jornada semanal de 30 horas sem redução de salários, lutam para que as instituições federais de ensino funcionem em turnos contínuos, a fim de atender mais e melhor toda a comunidade acadêmica e a sociedade.

A sociedade quer serviço público de qualidade e a criação dos turnos contínuos requer basicamente a reorganização do trabalho. Internamente, os turnos contínuos favorecem estudantes, professores e técnicos, que passam a contar com a assistência ininterrupta às suas demandas. Do mesmo modo, favorece qualidade de atendimento à comunidade externa, que demanda os serviços da instituição. Saiba mais sobre o assunto nas pautas específicas da Fasubra (pág 4)

Qualificar: mais incentivo à capacitação

Os técnicos-administrativos da UFG contam com mais um importante incentivo à qualificação. No dia 27 de novembro, o Conselho Universitário (Consuni) aprovou por unanimidade o Programa Qualificar, que prevê a criação de vagas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da própria instituição. A criação de vagas nos cursos de pós-graduação ou de turmas específicas está prevista no “Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação”, tendo como base o item 5.2.3 do anexo da Portaria Nº 27, de 15 de janeiro de 2014.

A medida já havia sido aprovada pelo

Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (Cepec), em agosto. Agora com a decisão final do Consuni já está em vigor. As vagas serão disponibilizadas por meio de edital e os programas pós-graduação participantes contarão com aporte financeiro do Plano Nacional de Capacitação, para subsidiar os trabalhos de pesquisa e as atividades dos servidores técnico-administrativos que deles se tornarem discentes. A medida representa um saldo de valorização do técnico-administrativo em reconhecimento ao seu papel na evolução da competência técnica e administrativa da Universidade, bem como no desenvolvimento em áreas estratégicas.

Greve em evidência na mídia

Durante os 132 dias da greve 2015, o SINT-IFESgo pautou a mídia local, regional e nacional por várias vezes, com manifestações públicas, passeatas, assembleias, campanhas de doação de sangue e interrupção do atendimento do Hospital das Clínicas por uma hora. A atuação da imprensa teve importância ao esclarecer a população os motivos da paralisação, que restringiram exclusivamente à categoria, que também lutava pela melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.

A greve dos técnicos-administrativos em Goiás foi destaque também nos principais jornais televisivos de rede nacional, como Bom Dia Brasil, Jornal Nacional, Jornal da Globo, Jornal da Record e SBT Brasil. Em Goiás, os jornais impressos Diário da Manhã, O Hoje e O Popular noticiaram o cotidiano do movimento.

No interior, em especial Jataí, Iporá e Anápolis, as rádios deram destaque à movi-



Auxílio transporte para todos no IFG de Uruaçu

O SINT-IFESgo, através de sua assessoria jurídica, conquistou na justiça o direito a todos os técnico-administrativos do Campus do IFG de Uruaçu a usufruírem do auxílio transporte.

Os trabalhadores que recebiam o auxílio-transporte, considerada parcela de natureza indenizatória, destinada ao custeio parcial das despesas realizadas com o transporte público para o deslocamento até o local de trabalho, perderam esse direito, na compreensão da Instituição, por inexistência de transporte público na cidade de Uruaçu.

Após ação judicial, os TAEs voltaram a receber o benefício. Entretanto, a administração só paga àqueles trabalhadores filiados ao sindicato e tem negado o benefício aos não filiados.

Agora o SINT-IFESgo briga mais uma vez na justiça para garantir o benefício a todos, solicitando ainda o ressarcimento dos trabalhadores prejudicados, bem como a aplicação de multa à Instituição.

Vitória da greve: UFG adquire EPIs

A Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (PRODIRH) informou ao sindicato que os equipamentos de proteção individual (EPIs) solicitados chegaram ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS). A aquisição desses equipamentos tem sido pauta recorrente dos trabalhadores da universidade que, agora, poderão desempenhar suas funções de forma mais segura e saudável.

Governo cria novas federais em Goiás

O Reitor da UFG, Orlando Amaral, anunciou em coletiva de imprensa que a presidenta Dilma Rousseff irá encaminhar as medidas legais para a criação de duas novas universidades federais em Goiás. As regionais da UFG em Catalão e Jataí se tornarão instituições autônomas. Ambas as unidades acadêmicas surgiram no início dos anos 80 como Câmpus Avançados de Extensão e hoje são importantes estruturas de ensino superior em suas regiões. A criação das novas universidades depende ainda de aprovação no Congresso Nacional.

IF Goiano regulamenta capacitação dos TAEs

O IF Goiano divulgou o regulamento de programas de capacitação e qualificação profissional para os seus servidores técnico-administrativos em educação. O documento, que regulamenta a participação de servidores em diferentes modalidades de aperfeiçoamento e qualificação, incluiu uma série de alterações sugeridas pelo SINT-IFESgo, elaboradas em conjunto com os trabalhadores técnico-administrativos do instituto.

Entre as principais alterações, estão a afirmação que o programa possui um caráter permanente e deliberado de aprendizagem, a definição de um orçamento próprio mínimo de 3% do custeio, a elaboração de um Plano Anual de Capacitação com participação dos trabalhadores, entre outras. O regulamento completo está disponível no link: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Regulamento_TAEs_Res_060-2015.pdf

Sindicato comemora Dia do Servidor Público

Comemoração contou com o lançamento da Coleção Companheiros, destinada à publicação de trabalhos científicos dos servidores. Animação com música ao vivo e sorteio de brindes fez a festa



A festa do servidor contou com a presença das agraciadas da Coleção Companheiros, de representantes do Cegraf, da Reitoria da UFG e do ex-reitor Edward Madureira

O SINT-IFESgo promoveu, no dia 29 de outubro, a comemoração do Dia do Servidor Público em sua sede social. O evento foi marcado pelo lançamento da primeira edição da Coleção Companheiros. Uma exposição de fotos contou a história do sindicato, desde a fundação da Associação dos Servidores da UFG (ASUFEGO), em 1973.

O evento contou com a presença do ex-reitor Edward Madureira, com o Prof. Antonio Corbacho Quintela e do TAE Daniel Ancelmo da Silva, ambos representando o CEGRAF, as servidoras Raimunda dos Santos e Larissa Nunes Mota, que tiveram seus trabalhos selecionados na primeira edição, João Teodoro, chefe de gabinete da Reitoria, representando O reitor da

UFG, Orlando Amaral, e Shilton Nunes, trabalhador da Biblioteca do IFG, Campus Goiânia Oeste.

A Coordenadora Geral do SINT-IFESgo, Fátima dos Reis, ressaltou a importância da parceria entre o sindicato e o CEGRAF para que os TAEs

tenham seus trabalhos publicados e anunciou que, para o ano que vem, o objetivo é publicar quatro monografias, dissertações e/ou teses (confira no quadro abaixo). A comemoração contou com música ao vivo e sorteio de brindes para os filiados no sindicato.

Lançado segundo edital da Coleção Companheiros

Anunciada na comemoração do Dia do Servidor Público, a segunda edição da Coleção Companheiros reafirma a parceria entre o Centro Editorial e Gráfico da UFG (Cegraf) e o sindicato para publicar trabalhos científicos dos TAEs da UFG, IFG e IFGoiano.

Diferente da primeira edição, os

trabalhos agora deverão ser relacionados a uma das seguintes áreas: Estado, movimento sindical, gestão pública, administração pública, políticas públicas, saúde do trabalhador e movimento social. Serão publicados até quatro trabalhos. Prazos e requisitos estão disponíveis no edital. Confira no link abaixo:

https://www.cegraf.ufg.br/ufg/688/o/companheiros_final.pdf



Música ao vivo e sorteio de brindes fizeram a festa do Servidor Público na sede social



Autoras selecionadas da 1ª edição da Coleção Companheiros autografam suas obras

Trabalhadores se manifestam sobre o acordo da greve



“Nossa categoria teve mais força do que nos outros anos. Com isso, conseguimos fazer um bom trabalho. Reivindicamos nosso direito e intensificamos atos nas ruas, chamando a atenção da sociedade e colocando nossa greve na mídia. Conseguimos puxar outras categorias e, com isso, resistimos e conseguimos um resultado, para um momento de crise, razoável.”

Fernando Cesar dos Santos - IF Goiano de Iporá

“Como a maioria dos colegas, esperava um acordo que fosse, de fato, repor a defasagem da categoria. Ocorre que esse acordo, embora tenha ficado aquém das nossas necessidades, foi o melhor possível na atual conjuntura. Conseguimos manter as condições mínimas de trabalho.”

Marcelo Pereira Ramos - IFG de Anápolis



“O sentimento geral da categoria é que foi insuficiente. Poderia ter sido melhor, contemplando mais as nossas reivindicações. Entretanto, a assinatura desse acordo foi o melhor caminho para resguardar algum ganho no futuro e para podermos nos mobilizar novamente em torno novas reivindicações e novas conquistas”

Shilton Nunes - IFG Goiânia Oeste

“Os aposentados devem estar juntos com o pessoal da ativa, fazendo o debate, mobilizando e lutando. Todos nós temos que trabalhar a construção do servidor público, para garantir o futuro da categoria. Senão, daqui a pouco, o aposentado que cumpriu o seu dever, que continua contribuindo para a previdência, vai ser jogado numa vala comum”.

Maria Lucimar - Aposentada UFG



“Voltamos ao trabalho, fazendo de conta que recebemos um aumento e o governo fazendo de conta que nos deu um aumento. Até quando iremos conviver com esta farsa no Brasil? A luta continua, pois ‘a única luta que se perde, é a que se abandona’.”

Carlos Butenco - IFG de Goiânia

“Foi um acordo ruim, um acordo rebaixado, não vejo vitória nesse acordo. O governo foi muito esperto, nos propôs um acordo linear dividido em quatro anos e, como ele nos conhece muito bem, acabou reduzindo para dois anos porque ele sabia que de alguma forma nós íamos aceitar.”

Marilda Nogueira - UFG de Goiânia



Sindicalize - se

ORGANIZAÇÃO SINDICAL DE LUTA
LEGÍTIMA REPRESENTAÇÃO DOS TAEs
DEFESA DA UFG, IFG E IF GOIANO

Twitter - @SINTIFESgo /

Facebook - www.facebook.com/SINT.IFESgo

Site: www.sint-ifesgo.org.br